



# INTEGRAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS INSTITUCIONALIZADOS



Neste artigo procuramos oferecer, em linhas muito gerais, os traços mais marcantes do Projecto “Crianças e Jovens em Risco: a integração escolar de crianças e jovens institucionalizados”, apoiado, nos anos 2000-2001, pelo Instituto de Inovação Educacional.

O Projecto foi elaborado e implementado por uma equipa multidisciplinar, constituída por um coordenador científico (Universidade de Lisboa<sup>1</sup>), por técnicos do Instituto de Apoio à Criança (IAC<sup>2</sup>), núcleo de Coimbra, e por um conjunto de jovens estagiários finalistas de diversas licenciaturas<sup>3</sup>.

A actividade inscreveu-se nos planos do sector de “Humanização de Instituições”, que entre os seus objectivos contempla a intervenção em Instituições de Acolhimento tendo em vista a criação de condições que garantam o bem-

-estar e o desenvolvimento integral da população aí internada.

O Projecto teve por objectivos gerais: proceder a um diagnóstico das dificuldades experimentadas por crianças e jovens acolhidos numa Instituição (IPSS, que aqui também designaremos por “Lar”) e, ao mesmo tempo, a frequentar o ensino básico em escolas do sistema de ensino geral; facultar algumas medidas de apoio social, psicológico e pedagógico no quadro da Instituição e da Escola, de modo a facilitar a integração escolar, contrariando alguns dos problemas detectados e promovendo o sucesso educativo dos sujeitos em causa.

A realidade social que se pretendeu atingir com tais objectivos é bastante desconhecida da opinião pública, mas, quer os números gerais e nacionais, quer a atenção a cada caso em particular, não podem dar lugar à indiferença e à irre-

sponsabilidade colectivas. Os principais motivos que geram esta realidade estão fortemente associados à pobreza, à marginalidade e à exclusão social: estas crianças e jovens emergem, de facto, como uma geração onde se exprime a crise social e familiar do nosso tempo.

Nesse contexto não admira que, mesmo em tenra idade, já tenham passado por experiências de vida bastante dolorosas e, ao mesmo tempo, muito diversificadas: abandono, maus-tratos, abuso sexual... Pensamos que, em relação a elas, a Escola deveria assumir uma atenção redobrada, tanto mais que se caracterizam, habitualmente, por uma auto-estima negativa, desinteresse e abandono precoce. Contudo,



as dificuldades são imensas, oriundas da “história de vida” de cada caso em si, da cultura e clima da Instituição que as acolhe; dificuldades procedentes, ainda, da falta de formação, condições e disponibilidade dos professores (de uma Escola “para todos”), das falhas de um sistema de ensino pouco flexível (apesar da retórica), e de um tipo de sociedade que gera estas situações, não as previne e não lhes sabe dar a resposta adequada.

Foi nesta base que surgiu o Projecto, procurando combinar o “estudo de caso” com a “investigação acção”.

## 1

### PROBLEMÁTICA ESPECÍFICA DE ALUNOS EM RISCO

A história do acolhimento e institucionalização de crianças órfãs, abandonadas, vivendo à margem de um mínimo de dignidade, remonta aos primeiros séculos da cristianização. Apesar dos esforços da Igreja, como afirma Loureiro (1978)<sup>4</sup>, o fenómeno do abandono de crianças persiste ainda, devido a diversos e crescentes factores. Os Lares de acolhimento são hoje uma realidade que não pode ser ignorada tendo em conta as suas vertentes social e educativa, como não pode ser ignorado que Portugal é um dos países europeus que apresentam a maior taxa de institucionalização!

Quem são, afinal, as crianças e jovens acolhidos nestes Lares? Como é que a Escola os integra e lida com eles? Em que é que a vida a montante da Escola (na qualidade da vivência do Lar, por exemplo) deve e pode ser mudada para que se respeitem os direitos infanto-juvenis e se evite o acentuar da exclusão na sua história de vida?

Se os situarmos, como as situamos nós, no grupo das crianças “em situação de risco”, não podemos deixar de lhes associar um conjunto de problemas que, na sequência de diversa literatura, se consideram como inerentes ao “perfil” de menores em situações-limite.

Atendendo apenas aos que mais se prendem com a vivência escolar, devemos invocar: o auto-conceito negativo, os conflitos de identidade, o desinteresse, o insucesso, a indisciplina e o abandono – o conhecimento deste perfil é fundamental para que melhor se tenha em conta «o sujeito a educar».

## 2

### METODOLOGIA

### E FASES DO PROJECTO

Como já o dissemos, este Projecto inscreveu-se na modalidade de Investigação-Acção, na medida em que, segundo os seus objectivos centrais, não pretendia limitar-se a um simples diagnóstico dos problemas; pelo contrário, procurou ensaiar/desenvolver algum tipo de actividade, na Insti-tuição e na Escola, que minimizasse, na medida do possível, os problemas da integração destes alunos.

As dificuldades, encontradas, logo à partida, impuseram que elaborássemos um esquema faseado, contemplando os períodos de contacto e diagnóstico, intervenção, tratamento de dados e relatório – sempre num quadro que, para além de investigação-acção, se caracterizaria, também, como estudo de caso a desenvolver numa perspectiva de investigação interpretativa (tendo em conta as interpretações dos sujeitos da pesquisa).

O Projecto desenvolveu-se em cinco fases nem sempre estanques. A primeira foi a de contactos e negociações com as instituições em causa (o Lar e as Escolas); a segunda foi a fase de diagnóstico, traduzindo-se na caracterização da população, na recolha de dados (ficha individual, entrevistas “directivas” e em grupo aos jovens e às crianças institucionalizados, aplicação de uma escala de medição do auto-conceito, entrevistas a dezassete professores directores de turma, registos de observação “ocasional” e Diário de “observação participante” no recreio da Escola do 1º Ciclo).

Seguiram-se as fases de análise dos dados, da intervenção (dina-mização de alguns ateliers semanais no próprio Lar, sessões sobre Técnicas de Estudo e de Estudo Acompanhado, etc.).

A quinta fase preencheu-se com a elaboração de um relatório final (neste momento no prelo, em publicação apoiada pela Direcção-Geral do Ensino Básico)<sup>5</sup>.

## 3

### O PERFIL ESCOLAR DOS ALUNOS INSTITUCIONALIZADOS

Nesta alínea limitar-nos-emos a expor algumas conclusões relativas às dificuldades da integração escolar das crianças e jovens institucionalizados, tal como perspectivadas quer pelos professores quer pelos próprios alunos, uma

vez feita a “análise de conteúdo” das respectivas entrevistas.

A análise das 17 entrevistas aos directores de turma permitiu traçar um “perfil” destes alunos tendo em conta as seguintes facetas: traços gerais, adaptação escolar e factores do insucesso educativo.

Nos seus traços gerais, estes alunos são considerados, socialmente “escorçados”, “abandonados”, “desprotegidos” e “carentes”; são vistos, ainda, como “traumatizados pelo abandono” a que a família os votou.

Na vertente pessoal, são alunos com uma história de vida marcada pelo sofrimento, com uma auto-estima negativa, extremamente carentes “de beijos”, “de afecto”, de “contacto físico”, “de amor”; têm grandes dificuldades de adaptação, porque “sem regras”, “sem autocontrolo”, “indiferentes”, “apáticos”, “revoltados e ressentidos”, “oportunistas” “impenetráveis”, “pouco solidários entre si e violentos”. A adaptação escolar é, na maioria dos casos, vista de um modo muito negativo: grandes dificuldades de aprendizagem, desinteresse e desmotivação, incumprimento das regras da aula.

Os factores do insucesso educativo, tal como interpretados pelos professores, são também aqueles que mais determinam o perfil destes alunos: a sua peculiar situação social e familiar e as características pessoais marcadamente negativas. Contudo, outros dois factores são apontados, os escolares (desencontro dos currículos em relação aos interesses destes alunos, alguma falta de coordenação na res-posta docente, permissivismo ou agressividade em demasia de alguns professores), e os que derivam do mau clima social do Lar que os acolhe (aspecto este que obteve a unanimidade dos entrevistados).

Por sua vez, as entrevistas aos alunos institucionalizados permitiram-nos entrever o modo como eles interpretam o seu “ofício de alunos” e os factores que impedem o sucesso e a integração; situam-nos, ainda, frente à sua perspectiva sobre a “vivência” de internos no Lar (normas, regras e relações humanas, as limitações do equipamento, as relações com a comunidade...). A nossa atenção nesta síntese incidirá, essencialmente, em aspectos que consideramos fundamentais para a compreensão da sua vivência escolar nos contextos da Escola e do Lar.



Quanto às explicações para o seu insucesso académico, a análise aponta para três tipos de causas fundamentais: cognitivas ou motivacionais, como um emaranhado de factores que integram a preguiça, o desinteresse, o aborrecimento, as baixas expectativas e falta de sentido das matérias estudadas; comportamentais, a própria indisciplina e o absentismo explicam também o insucesso; e pedagógicas, enquanto incapacidade dos professores no sentido de motivar estes alunos.

Entre os motivos apontados para a rejeição do estudo e para o desagrado relativamente à vivência escolar (sentimentos que sendo da maioria não se podem, no entanto, generalizar), predominam os que dizem respeito ao modo como certos professores «estru-



turam as tarefas académicas no decorrer da aula», e os que se referem ao modo como os mesmos docentes “estruturam e gerem as relações sociais”. Temos, assim, por um lado, críticas ao uso de metodologias pouco estimulantes, ao professor que faz solicitações “inoportunas”, e que não responde às necessidades (dúvidas) do aluno; à parcialidade na estimulação; ao ritmo de comunicação inadequado. No que respeita à “estruturação da participação social” é criticado o professor que tem exigências que o aluno não aceita; que tem atitudes de intimidação, que faz uso de castigos pouco razoáveis e desadequados, que é parcial e injusto na disciplinação, que evita atitudes de aproximação ao aluno, que discrimina e é preconceituoso em relação aos alunos do Lar.

Quanto ao exercício do “ofício de aluno” no contexto da vivência no Lar (ater-nos-emos aqui apenas a esses aspectos), vários testemunhos apontam para a insuficiência do apoio que aí é

prestado. Confrontados com o facto de haver uma professora destacada para esse efeito, consideram que isso lhes é de pouca valia: ou porque não gostam da dita professora, ou porque são muitos para uma só pessoa, ou, ainda, porque o apoio é feito a uma hora que os impede de ver as telenovelas!...

A este conjunto de dados obtidos pela entrevistas não podemos deixar de acrescentar os resultados da aplicação da escala do autoconceito de Piers-Harris e que apontam para um resultado abaixo do valor médio.

## 4

### A INTERVENÇÃO

Tendo em conta alguns dos dados obtidos através do diagnóstico da situação, considerámos que a intervenção deveria passar por proporcionar às crianças e jovens experiências que facilitassem o desenvolvimento de métodos de trabalho pessoal e em grupo, fomentando e fortalecendo atitudes e hábitos de cooperação.

A participação cooperante da criança no seio do grupo implica o respeito pelas regras, consideração pela vontade do outro, tomada de con-

sciência do seu papel social, sendo, por isso, um eficiente meio no processo de socialização. Também as potencialidades educativas e lúdicas das actividades de expressão e jogo permitem, à criança e ao jovem, evoluir nesse mesmo processo. Além disso, como oportunidade de experimentar/ criar e concretizar com sucesso, essas actividades estimulam a criança e o jovem a progredir na busca da sua própria identidade, consolidando a confiança e segurança em si próprio, base fundamental da autonomia pessoal; potenciam, ainda, a imaginação e a criatividade, permitem a expressão do mundo interior através da comunicação e da partilha dos seus estados emocionais com os outros. Para se desenvolverem actividades criativas, uma das preocupações centrais deve passar pelo estabelecimento de uma atmosfera de liberdade, bem como pela criação de um clima afectivo e compreensivo, sem os quais não haverá comunicação nem integração nos diferentes contextos.

Foi nesta ordem de ideias que nos propusemos dinamizar espaços de ocupação/formação no Lar, em articulação com os técnicos do mesmo, visando oferecer oportunidades, às crianças e jovens, que desenvolvessem as suas potencialidades expressivas, contrariando a tendência de escolarização dos seus tempos livres e contribuindo, também, para a humanização do espaço físico e humano (alargando, por isso, e tanto quanto possível a nossa acção aos técnicos e aos professores).

Resumidamente a intervenção inscreveu-se, entre outros, nos seguintes vectores:

- Ateliers (uma modalidade de apoio pedagógico transdisciplinar);
- Animação dos recreios e reorganização da Biblioteca da Escola do 1º CEB (durante todo o ano escolar);
- Sessões sobre Métodos e Técnicas de Estudo;
- Sessões de Educação para a Saúde;
- Promoção e acompanhamento das crianças e jovens a visitas de estudo;
- Exposição final dos produtos dos ateliers e de trabalhos da escola
- Semana de Actividades.
- Acções de Formação a Professores e técnicos

## 5

### CONCLUSÕES

Reflectir acerca das barreiras à integração escolar de alunos institucionalizados foi o grande objectivo deste Projecto, a que se associaram outros, em nosso entender não menos importantes, como a tentativa de sensibilizar e esclarecer os professores acerca dessa problemática a partir da sua própria reflexão e discurso e da audição da “voz do aluno”. Cremos que, pelo interesse demonstrado pelos professores em torno deste Projecto (que terminou precisamente com duas “acções de formação” centradas no “retorno” das conclusões), nos foi possível abrir um espaço de reflexão na escola, fundamental para a tomada de consciência dos desafios que este tipo de população escolar lhes coloca e para projecção e implementação das necessárias mudanças nas atitudes, nas práticas e na organização.



JOÃO AMADO, ISABEL LIMÃO,  
PAULA RIBEIRO, VÍTOR PACHECO

1 João Amado (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa).

2 Isabel Limão, Paula Ribeiro, Vítor Pacheco.

3 Isabel Marques, Glória Dias e Patrícia Araújo, Vânia Duarte e Maria João Bastos, Líliliana Fonseca.

4 Loureiro, J.E. (1978). L'-'Obra da Rua' et l'éducation des enfants privés de milieu éducatif. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

5 Amado, J., Limão, I., Ribeiro, P., Pacheco, V. A Escola e os Alunos Institucionalizados. Direcção-Geral do Ensino Básico (no prelo).